

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA VARA
CRIMINAL DA CIRCUNSCRIÇÃO DE XXXXXXXX-XX**

AÇÃO PENAL

PROCESSO Nº: XXXXXXXX

PROCESSO CNJ: XXXXXXXX

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

APELADA: FULANO DE TAL

FULANO DE TAL, já qualificada nos autos do processo em epígrafe,
vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO
FEDERAL**, nos termos do artigo 600 do Código de Processo Penal,
apresentar suas:

CONTRARRAZÕES

em face da apelação de fls. XX interposta pelo órgão acusatório, após, a
remessa dos autos ao Egrégio TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E TERRITÓRIOS.

Pede Deferimento.
XXXXXXX.

FULANO DE TAL
Defensor Público Do XXXXX

FULANO DE TAL
Colaborador da XXXX

CONTRARRAZÕES AO RECURSO DE APELAÇÃO

AÇÃO PENAL

PROCESSO Nº: XXXXXXXX

PROCESSO CNJ: XXXXXXXX

APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E
TERRITÓRIOS

APELADA: FULANO DE TAL

**Egrégio TJDFT,
Colenda Turma,
Eméritos Julgadores,
Douto(a) Procurador(a) de Justiça,
Eminente Desembargador(a) Relator(a).**

I - DOS FATOS

Em sentença proferida às fls. XX, o magistrado condenou a apelada pelo crime de roubo qualificado, nos termos do artigo 157, § 2º, incisos I e II, do Código Penal, em concurso formal, por duas vezes, fixando a pena em XX (XXXXX) anos, XX (XXXXX) meses e XX (XXXXXX) dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, e XX (XXXXXX) dias-multa, à razão unitária mínima.

Inconformado com a citada decisão, o órgão acusatório interpôs recurso de apelação.

É o relato do necessário.

II - DO DIREITO

Na sentença proferida, o magistrado justificou do seguinte modo a dosimetria da pena:

[...] *As majorantes devem ser reconhecidas. O roubo foi cometido em concurso de pessoas e com a utilização de arma de fogo. Ao contrário do que alega a Defesa, a não apreensão da arma não impede o reconhecimento da majorante em questão. Quanto ao número de majorantes, discordo, respeitando, é claro, a jurisprudência, inclusive do TJDF e do STJ, que já vem se formando a respeito, da possibilidade de valorar, no crime de roubo, como circunstância judicial, uma das causas de aumento de pena, por duas razões: 1ª) **violação do sistema trifásico**, e, por consequência, do **princípio da legalidade**, uma vez que a causa de aumento de pena, assim definida pela lei, há de ser valorada na terceira fase, conforme expressamente prevê o art. 68 do Código Penal. Com mais razão, no crime de roubo, uma vez que o aumento, na terceira fase, é variável (de 1/3 até a metade), a revelar que a quantidade de majorantes tem como objetivo permitir a variação. O óbice imposto pela Súmula 443 do STJ não justifica a violação do sistema; 2ª) **a valoração de causa de aumento de pena para exasperar a pena-base submete o réu a uma reprimenda maior do que aquela resultante da adoção do critério quantitativo na terceira fase, a revelar que, para o réu, melhor seria a superação da Súmula 443 do Superior Tribunal de Justiça.***

A situação é diferente em relação às qualificadoras, que não ingressam nas fases do sistema trifásico. Assim, por exemplo, no furto com duas qualificadoras, uma delas pode ser valorada como circunstância judicial e a outra para a fixação dos limites mínimo e máximo da pena. No crime de roubo, causa de aumento de pena deve ser valorada como tal na terceira fase do sistema trifásico. É o que farei, respeitando, em homenagem à segurança jurídica, a Súmula 443 do Superior Tribunal de Justiça. Houve a violação, no mesmo contexto, de 02 patrimônios distintos, o que caracteriza concurso formal de crimes.

Sem causas de exclusão da ilicitude do fato ou da culpabilidade da agente. As circunstâncias judiciais são favoráveis à ré. Assim, para cada crime, fixo a pena-base em 04 anos de reclusão e 10 dias-multa. Sem agravantes. Ficam prejudicadas as atenuantes da confissão e da maioridade relativa (Súmula 231 do STJ). Sem causas de diminuição de pena. Em razão das causas de aumento (concurso de pessoas e emprego de arma), aumento as penas em 1/3, tornando-as definitivas, para cada crime, em 05 anos e 04 meses de reclusão e 13 dias-multa. Unificação: em razão do concurso formal, exaspera-se uma das penas em 1/6, despreza-se a outra e chega-se ao total de 06 anos, 02 meses e 20 dias de reclusão, além de 15 dias-multa, para os dois delitos. O regime prisional inicial será o semiaberto. [...]

Nas razões recursais da apelação, o Ministério Público requer a reforma da sentença condenatória por considerar que a pena fixada poderia ter sido mais elevada.

Fundamenta que o juiz *a quo* poderia ter utilizado de uma das causas de aumento excedente do crime em tela na fase de circunstância judicial (primeira fase), afirmando ser admitida tal elevação, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Assevera que, em razão do emprego da arma de fogo, em consequência, houve um maior temor psicológico a vítima, as circunstâncias do crime devem ser valorados negativamente, ao contrário do considerado pelo magistrado, que considerou todas as circunstâncias judiciais favoráveis ao acusado. Assim, a pena-base seria aumentada para 5 (cinco) anos (circunstância judicial valorada negativamente), com os aumentos de um terço (causa de aumento do concurso de pessoas) e um sexto (concurso formal), a pena máxima será fixada em XX (XXXXX) anos, XX (XXXXX) meses e XX (XXXXX) dias de reclusão.

Em síntese, o Ministério Público requer a exasperação da pena-base em razão da **circunstância (emprego da arma de fogo)**

ter causado maior temor psicológico na vítima, sendo assim considerada negativa a circunstâncias do evento criminoso.

No que se refere ao maior temor psicológico, ao ser ouvida em audiência, **em nenhum momento a vítima revelou ou afirmou que sofreu um maior temor ou abalo psicológico**, apenas relatou que a arma ficou apontada para si, porém **nada** afirmou acerca de temor psicológico em razão da arma. Logo, é **FALSA** a argumentação da acusação no sentido do maior abalo psicológico sofrido pela vítima.

Nota-se que a acusação requer a aplicação da causa de aumento na fase judicial **apenas porque houve seu emprego, NÃO** instruindo provas nos autos que justifiquem a aplicação da citada circunstância negativamente.

Desse modo, resta-se claro, portanto, que a acusação **apenas mencionou do emprego da causa de aumento como justificativa do aumento da pena**, incorrendo, portanto, em violação à Súmula nº 443 do Superior Tribunal de Justiça na qual exige a **fundamentação concreta que ficou ausente conforme já demonstrado** (Súmula nº 443: *o aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes*).

Ressalta-se, por oportuno, ainda que houvesse fundamentação concreta - o que NÃO restou comprovado nos autos - para utilização da causa de aumento na primeira fase da dosimetria como exige a referida súmula, **NÃO** é possível sua utilização por **violação ao sistema trifásico (e princípio da legalidade)**, como bem apontado pelo juiz prolator da sentença.

Ademais, o fato de se utilizar de uma arma de fogo para realizar um assalto, por si só, é **fato caracterizador do tipo penal ora incorrido**, e não uma circunstância judicial negativa, sob pena de **bis in idem**.

Percebe-se que a fundamentação exposta pelo MM. Juiz não apresenta nada mais do que aquilo que já é ínsito à própria redação do art. 157, cabeça, do Código Penal. NÃO há qualquer destaque que possa implicar em exasperação da pena-base o fato de o acusado ter utilizado de arma de fogo, pois isso já compõe, sem qualquer extrapolação, a idéia de “grave ameaça” contida no tipo penal. O aumento da pena ora requerido revela-se manifesto ***bis in idem***.

Por fim, ainda que se entenda possível a aplicação do emprego de arma de fogo como circunstância desfavorável do evento criminoso - tese em que a Defesa NÃO compactua -, **NÃO se justifica aumentar a pena base em ¼ (um quarto - um ano), com base em tão somente uma circunstância judicial desfavorável do art. 59 do CPB**, de modo desproporcional se comparada a elevação da pena com base na agravante da reincidência.

O raciocínio mais coerente e correto seria o seguinte: inicialmente, descobre-se a diferença da pena mínima (4 anos) e da pena máxima (dez anos), no caso 6 (seis) anos ou 2.190 (dois mil, cento, e noventa) dias. Divide-se esse número por 8 (oito) - total de circunstâncias judiciais, chegando ao número de aproximadamente 274 (duzentos, setenta e quatro) dias, no qual dividido por 30 (trinta), qual seja quantidade de dias durante o mês, chega-se a aproximadamente 9 (nove) meses por cada circunstância judicial desfavorável.

Logo, ainda que se reconheça possível o aumento da pena face a circunstância judicial ser considerada negativa - o que a Defesa NÃO concorda com a tese -, **deve-se elevar a pena em aproximadamente NOVE MESES**, atendendo-se ao princípio da razoabilidade (Acórdão n.994477, 20150110028284APR, Relator: NILSONI DE FREITAS, Revisor: JOÃO BATISTA TEIXEIRA, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 09/02/2017, Publicado no DJE: 20/02/2017. Pág.: 240/253), ao contrário de um ano formulado nas razões recursais do órgão de acusação.

Com esses fundamentos, requer o **não provimento** do recurso, em consequência, a manutenção da sentença. Em pedido subsidiário, no eventual provimento do recurso, requer a elevação da pena-base para aproximadamente X (XXXXX) meses, ao contrário do formulado pela acusação.

III - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer seja **improvido** o recurso do apelante para **manter** a inalterada Sentença de Primeiro Grau, por conseguinte, manter-se a **pena fixada**. Em pedido subsidiário, no eventual provimento do recurso, requer a elevação da pena-base para aproximadamente X (XXXXX) meses.

Pede deferimento.

XXXXXX-XX, XXXXXXX.

FULANO DE TAL
Defensor Público Do XXXXX

FULANO DE TAL
Colaborador da XX